



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
Secretaria Municipal de Fazenda
Adm.: 2021/2024

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

JUSTIFICATIVA DO ADMINISTRADOR PÚBLICO (art. 32 da Lei nº 13.019/2014 e art. 19, § 4º, do Decreto Municipal nº 2653/2023)

PROCESSO Nº: 06/2023

OBJETO: refere-se à Dispensa de Chamamento Público, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014 e art. 19, § 1º, do Decreto Municipal nº 2653/2023, com a finalidade de possibilitar a celebração de parceria para o desenvolvimento e aplicação de instrumentos e metodologia visando a execução do Programa Café Produtor de Água – CAPRA, a ser executado na Sub-bacia Hidrográfica do Santa Bárbara no Município de Monte Carmelo, abrangendo o desenvolvimento de ações que fomentem o fortalecimento da cafeicultura sustentável a fim de conservar e recuperar os solos e mananciais.

PERÍODO: EXERCÍCIOS DE 2023-2028

TIPO DE PARCERIA: ACORDO DE COOPERAÇÃO

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses.

PÚBLICO-ALVO: produtores rurais situados na sub-bacia do Santa Bárbara e sociedade em geral.

A Secretária Municipal de Fazenda, no uso de competência atribuída pelo Decreto Municipal nº 2653, de 10 de julho de 2023, vem por meio deste Termo:

**JUSTIFICAR A DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA A
FORMALIZAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO COM O CONSELHO
NACIONAL DO CAFÉ - CNC**

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.019/2014, conhecida como “Marco Regulatório do Terceiro Setor”, estabeleceu o regime jurídico das parcerias voluntárias, com ou sem transferência de recursos financeiros, entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público;

CONSIDERANDO que o art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014 prevê que “os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
Secretaria Municipal de Fazenda
Adm.: 2021/2024

leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei”;

CONSIDERANDO que o art. 19 § 1º, do Decreto nº 2653, de 10 de julho de 2023, do Município de Monte Carmelo prevê que a exigência de chamamento público “não se aplica a termos de colaboração ou de fomento que prevejam o repasse de recursos decorrentes de emendas parlamentares à lei orçamentária anual, bem como a acordos de cooperação que não envolvam celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial”;

CONSIDERANDO que o art. 172 da Lei Orgânica do Município de Monte Carmelo prevê que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”;

CONSIDERANDO que o art. 138 da Lei Orgânica do Município de Monte Carmelo prevê que “a política rural, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais do setor, através de programas de desenvolvimento rural destinados a fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar, criando meios de aproximação entre produtor e consumidor, com prioridade para aqueles que visem o assentamento do homem no campo”;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Café - CNC, inscrito no CNPJ sob o nº 47.464.730/0001-07, com sede à SCN Quadra 01. Bloco C nº 85, Edifício Brasília Trade Center, Sala 1.101, Asa Norte, CEP: 70.711-902 Brasília – DF, é pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, constituída de cafeicultores, que possui diversos objetivos de interesse público, dentre os quais se inserem as ações de formalização de parcerias de interesse dos produtores, ações de responsabilidade social, consistentes em defesa da renda e proteção ao meio ambiente, bem como a contribuição para projetos de pagamentos relacionados à prestação de serviços ambientais e sustentabilidade;

CONSIDERANDO, portanto, que se trata de organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que não remunera, nem sequer distribui lucros e/ou excedentes aos diretores, gestores ou associados;

CONSIDERANDO que a dispensa e a inexigibilidade de chamamento público não afastam a aplicação dos demais dispositivos da Lei Federal nº 13.019/2014;

CONSIDERANDO que o art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014 prevê que a ausência de realização de chamamento público será justificada pelo administrador público;

Há **justificativa** válida, idônea e de interesse público para a celebração do Acordo de Cooperação entre o Município de Monte Carmelo-MG e o Conselho Nacional do Café – CNC, inscrito no CNPJ sob o nº 47.464.730/0001-07, com endereço: SCN Quadra 01. Bloco C nº 85, Edifício Brasília Trade Center, Sala 1.101, Asa Norte. CEP: 70.711-902, Brasília – DF,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
Secretaria Municipal de Fazenda
Adm.: 2021/2024

por Dispensa de Chamamento Público, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014 e art. 19, § 1º, do Decreto Municipal nº 2653/2023, com a finalidade de possibilitar a celebração de parceria para o desenvolvimento e aplicação de instrumentos e metodologia visando a execução do Programa Café Produtor de Água – CAPRA, a ser executado na Sub-bacia Hidrográfica do Santa Bárbara no Município de Monte Carmelo, abrangendo o desenvolvimento de ações que fomentem o fortalecimento da cafeicultura sustentável a fim de conservar e recuperar os solos e mananciais.

O projeto tem como intuito maximizar a quantidade, regularidade e a qualidade da oferta hídrica para uso antrópico na Bacia Hidrográfica do Santa Bárbara, por meio da mobilização social com foco na implementação de ações que viabilizem a conservação e a preservação ambiental, o manejo sustentável dos recursos naturais empregados nas atividades econômicas notadamente de cunho rural no âmbito geográfico desta bacia e a utilização racional e integrada dos recursos hídricos.

Com efeito, constituem objetivos específicos da referida parceria, consoante Plano de Trabalho apresentado: I - estabelecer a UGP (Unidade de Gestão do Projeto) do Santa Bárbara, bem como consolidar sua respectiva rotina de operação; II - articular, planejar e executar planos de trabalho específicos no âmbito deste Acordo de Cooperação Técnica, de acordo com o diagnóstico a ser elaborado; III - monitorar, por meio de critérios e indicadores, as ações pertinentes a esta Parceria Técnica com foco na mensuração das ações de articulação, planejamento, execução, resultados esperados e avaliação de impacto; IV- articular, planejar e executar planos de trabalho específicos no âmbito deste Acordo de Cooperação Técnica; V - articular novos planos e projetos para serem implementados de acordo com as prioridades levantadas pelo diagnóstico para Implantação do Programa Café Produtor de Água da Bacia Hidrográfica do Santa Bárbara via outros instrumentos jurídicos, viabilizando, inclusive, a captação de recursos financeiros e materiais externos à parceria com foco na maximização da realização dos objetivos do Acordo de Cooperação; VI - realizar eventos de capacitação e ações de sensibilização para o público-alvo do Acordo; VII - contribuir para a consolidação de políticas públicas de interesse da Parceria; VIII - contribuir para o estabelecimento de ações de desenvolvimento rural sustentável; IX - contribuir para a implementação de tecnologias mais eficientes no uso racional da água.

Trata-se, portanto, de parceria de alta relevância, notadamente devido à escassez dos recursos hídricos no Município e da necessidade de fomentar o desenvolvimento de práticas econômicas sustentáveis, de tal modo que a formalização constitui medida eficiente e necessária para assegurar o desenvolvimento e implementação das ações propostas.

Desta maneira, há interesse público na celebração da parceria, considerando que constitui dever do Poder Público Municipal assegurar e promover a proteção do meio ambiente, bem como garantir condições de vida saudáveis às gerações atuais e futuras, contexto em que inserem as ações de preservação dos recursos hídricos.

Nos termos do § 2º do art. 32 da Lei Federal n.º 13.019/2014 e § 6º do art. 19 do Decreto Municipal nº 2653/2023, admite-se a impugnação a esta justificativa, a ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias a contar de sua publicação, no Protocolo Geral da Prefeitura de Monte Carmelo, situado na Avenida Olegário Maciel, nº 129, 1º andar,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
Secretaria Municipal de Fazenda
Adm.: 2021/2024

Centro, no horário das 08:00 h às 11:30 h e das 13:30 h às 17:00 h, cujo teor deve ser analisado em até 05 (cinco) dias da data do respectivo protocolo.

Monte Carmelo/MG, 06 de novembro de 2023.

ANA PAULA PEREIRA
Secretária Municipal de Fazenda